

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE GLÓRIA DE DOURADOS  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

**Estudo de Caso em Projeto de Desenvolvimento  
Sustentável e a questão de Assistência Técnica e  
Extensão Rural (ATER) junto à Terra Indígena Nioaque**

Alexandro da Silva Souza

Glória de Dourados – MS  
Novembro 2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE GLÓRIA DE DOURADOS  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

**Estudo de Caso em Projeto de Desenvolvimento  
Sustentável e a questão de Assistência Técnica e  
Extensão Rural (ATER) junto à Terra Indígena Nioaque**

Acadêmico: **Alexandro da Silva Souza**  
Orientador: **Prof.Dr. Tércio Jacques Fehlauer**

“Trabalho apresentado como parte das exigências do curso de Tecnologia em Agroecologia para obtenção do título de Tecnólogo em Agroecologia”.

Gloria de Dourados - MS  
Novembro de 2014  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

S713e Souza, Alexandre da Silva

Estudo de caso em projeto de desenvolvimento sustentável e a questão de assistência técnica e extensão rural (ATER) junto à terra indígena Nioaque/Alexandre da Silva Souza. Glória de Dourados - MS: UEMS, 2014.

42p. ; 30cm

Monografia (Graduação) – Tecnologia em Agroecologia – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE GLÓRIA DE DOURADOS  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

**Estudo de Caso em Projeto de Desenvolvimento  
Sustentável e a questão de Assistência Técnica e  
Extensão Rural (ATER) junto à Terra Indígena Nioaque**

**Alexandro da Silva Souza**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Tecnólogo em Agroecologia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

APROVADO em 29 / 11 /2014 por:

---

Prof. Dr. Edson Talarico Rodrigues  
UEMS

---

Prof. Cleberton Correia dos Santos  
UFGD

---

Prof. Dr. Tercio Jacques Fehlauer  
(Orientador)

*“O sábio de coração será chamado prudente, e a  
doçura dos lábios aumentará o ensino”.*

*(Provérbios 16:21; )*

## AGRADECIMENTOS

Acima de tudo o todo poderoso Deus, que tem me sustentado em minha caminhada e faz com que tudo seja conquistado de forma simples e eficaz, pois agindo ele quem impedirá.

Sempre grato pelos pais maravilhosos ao qual o senhor Deus tem me dado aqui na face da terra, o Pastor **Eugênio de Souza** e Missionária **Maria Madalena da Silva**, pai e mãe, amo muito vocês por tudo que fizeram por mim durante os três anos que morei longe de casa. Obrigado pela confiança ao qual me submeteram deixando-me sempre livre para as descobertas de novas experiências.

Como expressar a força dada pelos meus sete irmãos, a felicidade é imensa em poder dizer o quanto vocês são importantes na minha vida e na minha caminhada, aqui deixo o agradecimento pelo apoio nas horas difíceis e pelo amor eterno que Deus tem deixado em nosso meio.

Aos colegas de sala muito feliz por conhecer tanta gente que almeja um olhar construtivo, pois nessa caminhada foi como uma segunda família que sorria nas horas vagas, se ajuntavam na roda de tereré, roda de violão e questionavam muito nas horas das incertezas.

Aos queridos mestres expresso a minha admiração e carinho, pois se não fosse essas pessoa capacitadas e constituída de conhecimento científico, ficaria impossível alcançar mais esta etapa da minha vida.

Não poderia deixar de agradecer a academia, a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Unidade de Gloria de Dourados, que possibilitou tudo isso acontecer através do curso de Tecnologia me Agroecologia. Entidade esta que torna possível a realização de sonhos e que forma cidadãos capacitados para o mercado de trabalho. E contribuiu muito para a minha graduação muito obrigado a todos aqui supracitados.

## SUMÁRIO

	página
RESUMO .....	III
ABSTRACT .....	IV
LISTA DE FIGURAS .....	V
LISTA DE SIGLAS .....	VI
1 INTRODUÇÃO .....	1
2. OBJETIVO .....	4
REVISÃO DE LITERATURA .....	5
3.1. Povo Indígena Projeto e Desenvolvimento .....	5
3.2. Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER .....	7
3.3. Lei de ATER .....	11
3.4. ATER Indígena.....	13
4. MATERIAL E MÉTODO .....	15
5. RESULTADO E DISCUSSÃO .....	17
5.1 HISTORICO DE EXPERIÊNCIA LOCAL .....	17
5.1.1. A experiência da “Carteira Indígena” .....	17
5.1.2. Experiência: Ass. dos Moradores da Aldeia Taboquinha.....	20
5.1.3. Experiência: Ass. dos Moradores da Aldeia Cabeceira.....	21
5.2. Estudo de caso: Projeto Manejo Integrado de Micro Bacias e Ações de Desenvolvimento Sustentável na T.I Nioaque .....	23
5.2.1. Ações Aldeia Taboquinha .....	23
5.2.2. Ações Aldeia Cabeceira .....	24
5.2.3 Percepção dos Técnicos Indígena .....	26
5.2.4 Percepção da Comunidade .....	28
6. CONCLUSÕES .....	30
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	31
8. APÊNDICES .....	33

## RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de avaliar a ATER – indígena por meio do estudo de caso de forma qualitativa na execução do projeto “Manejo Integrado de Micro Bacias e Ações de Desenvolvimento Sustentável na Terra Indígena de Nioaque – MS 2009/2010”, comunidade que está localizada a 14 km da cidade de Nioaque, no estado do Mato Grosso do Sul, habitada pelo povo da etnia Terena com uma área de 3029 ha. Nela se encontram quatro comunidades (Aldeia Brejão, Taboquinha, Água Branca, Cabeceira), em uma população de aproximadamente 2000 indígenas. A pesquisa foi realizada a partir do levantamento histórico das experiências do projeto realizadas em 2009/2010 na Terra Indígena de Nioaque. Esta investigação se estruturou a partir da análise qualitativa de entrevistas e questionários aplicados aos presidentes das associações de moradores da aldeia Taboquinha e Cabeceira, participantes do projeto, moradores da comunidade, lideranças indígenas e os técnicos que participaram da execução prática e administrativa do mesmo. Tem como objetivo refletir sobre a Ater – Indígena (ou Ater diferenciada), a qual vem passando por transformações e adaptações nas políticas públicas, visando seu aprimoramento. Tendo em mente sempre que o campo da Ater Indígena ainda é desafiador e que necessita de um olhar atento e diferenciado das políticas públicas que tornem o índio como protagonista no processo de execução dos projetos, possibilitando que se desenvolvam nas Aldeias ações com base cultural, social e ambiental, no sentido de uma busca ao “etnodesenvolvimento sustentável”. Assim, este trabalho busca contribuir para a construção de um processo longo e educativo, mas, sobretudo, coerente e significativo para a sociedade e para as comunidades indígenas que almejam um suporte técnico viável e compatível à sua realidade.

**Palavra chave:** Ater Indígena, Etnodesenvolvimento, Povo Terena.



## ABSTRACT

This study evaluates the indigenous ATER through a qualitative case study by carrying out the Project “Integrated Handling of Micro Basins and Sustained Development Actions in The Indigenous Land at Nioaque” – MS 2009/2010”, a Community located 14 km far from the town of Nioaque, in the State of MatoGrosso do Sul, inhabited by the people from the Terena ethnic group within an area of 3029 ha. It encompasses four communities (AldeiaBrejão, Taboquinha, ÁguaBranca and Cabeceira) and a population of approximately 2000 natives. The research was developed from the historical investigation of the project experiments carried out between 2009 and 2010 in The Nioaque Indigenous Land. This investigation was based on the qualitative analysis of the interviews and questionnaires answered by the leaders of the neighborhood associations of the Taboquinha and Cabeceira villages, participants of the project, members of the community, indigenous leaders and the technicians who took part in its practical and administrative implementation. It aims to reflect upon the Indigenous ATER (or differentiated ATER), which has been going under transformations and adaptations due to public policies trying to improve it. Moreover, the study considers that the indigenous ATER field is still challenging and needs closer and special attention from those public policies so that the native Brazilians can have a leading role in the process of projects implementation. This will increase actions with cultural, social and environmental basis in the Villages searching for a “sustainable ethnical development”. Thus this study aims to be above all coherent and significant to the society and to the indigenous communities longing for feasible technical support which is compatible with their reality.

Keywords : Indigenous ATER , Ethnical development, Terena people

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Primeira reunião 13 de outubro de 2008 .....16

FIGURA 2 – Primeira reunião 12 de setembro de 2008 .....17

## **LISTA DE SIGLAS**

**AGRAER** – Agencia de Desenvolvimento e Extensão Rural

**AMAC** – Associação dos Moradores da Aldeia Cabeceira

**AMAT** – Associação dos Moradores da Aldeia Taboquinha

**ATER** - Assistência Técnica e Extensão Rural

**C.I** – Carteira Indígena

**CONDRAF** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Reforma Agrária  
Agricultura Familiar

**CNDR** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

**DAP** - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da  
Agricultura Familiar

**EMBRATER** – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

**EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

**FUNAI** – Fundação Nacional do Índio

**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

**MMA** - Ministério do Meio Ambiente

**PNATER** - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a  
Agricultura Familiar e Reforma Agrária

**PRONATER** - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na  
Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**SNSAN** – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**SEDRS** - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

**T.I.** - Terra Indígena

## INTRODUÇÃO

Após a constituição de 1988 e a democratização do Estado, ocorreram mudanças no contexto político das relações inter étnicas no Brasil. Na década de 1990, constitui-se uma esfera pública com caráter participativo mais amplo, que exigiu a organização da sociedade civil com base em um novo perfil de atuação. Conseqüentemente, muitos movimentos sociais, entre os quais o indígena, passaram por transformações ligadas a institucionalização de suas ações, por meio de organização não governamentais (ONGs). Na esfera pública, ONGs indígenas e não indígenas assumiram o papel de atores sociais/sujeitos das relações entre a sociedade civil e o Estado, posicionando-se como interlocutores. (MATOS, 2007).

Ao longo dos últimos cinco anos, termos como “etnodesenvolvimento” e “desenvolvimento indígena sustentável” têm servido como senha de articulação e convergência das ações de inúmeras pessoas e instituições, tanto governamentais quanto não-governamentais, indígenas e não indígenas, nacionais e internacionais, que têm, de diferentes perspectivas, afirmado seu interesse na promoção de maior autonomia política e na sustentabilidade econômica e territorial indígena, ou simplesmente - o que não é pouco como desafio – na transformação da situação de “insegurança alimentar” e “pobreza” em que várias comunidades se encontram hoje mergulhadas por diversas razões. De fato, essas expressões recobrem um complexo campo de disputas por significados, práticas e implicações políticas e institucionais delas decorrentes. (VERDUM, 2005).

Neste contexto as comunidades indígenas buscaram ao longo dos anos se adaptarem e este processo, criando inúmeras associações, na perspectiva de sanar dificuldades internas, com a finalidade de busca por apoio de materiais e financiamento de atividades construtivas e produtivas. Porém ao longo dos anos ocorreram inúmeras frustrações a estas comunidades tradicionais, visto que, o nível de conhecimento ocidental é baixo e precário, logo começaram a surgir problemas, onde o paternalismo dominava de forma única e com o passar do tempo estas organizações jurídicas acabaram ficando inadimplentes por não conhecerem a fundo quais são realmente os direitos e deveres destas organizações.

Tal fato traz uma reflexão de que é necessária e possível as comunidades se organizarem e apoiarem os jovens indígenas a ingressarem nos cursos técnicos profissionalizantes, nas universidades, para que tenha em conjunto com as comunidades, saídas viáveis à realidade das comunidades, onde possibilite a troca de experiências entre o conhecimento empírico e científico, porém cabe a estes dois conhecimentos alavancarem a discussão diante das políticas públicas proporcionando experiências concretas para se chegue a um suporte de estrutura física e financeira que garantam a permanência dos jovens trabalhando em ações de ATER – Indígena.

Este trabalho vem demonstrar por meio de um estudo de caso a experiência de ATER Indígena, realizado na T.I de Nioaque Estado do Mato Grosso do Sul, no ano de 2009/2010, por meio de um projeto denominado “Manejo Integrado de Micro Bacias e Ações de Desenvolvimento Sustentável na T.I de Nioaque”, Aldeia Taboquinha e Cabeceira.

Dentre os fatores que induziram este trabalho de ATER – Indígena, é o fato de ter pouco relato relacionado a este tipo de experiência, o que possibilita uma visão relacionada aos desafios encontrados pelas comunidades tradicionais neste setor, entender qual o papel de profissionais da área e quais são as políticas públicas funcionais a este público.

Ao longo dos últimos vinte anos vivenciamos mudanças significativas na forma como a sociedade nacional se relaciona com os povos indígenas e com o conjunto da agricultura familiar no Brasil. Ao abandonar progressivamente o etnocentrismo predominante na forma como as políticas públicas eram pensadas (ou negadas) a estes públicos, passamos a enxergar sob a ótica da sustentabilidade socioambiental e do conceito de autonomia, as contradições entre os modelos “vendidos” por agência de desenvolvimento, governo e organizações assistencialistas da sociedade civil, e os sonhos e a realidade concreta das comunidades. (ARAUJO, 2007).

Nesta visão o trabalho faz uma reflexão sobre a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, que esta assegurada sobre a LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010 que Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, ainda reforça o diagnóstico sobre

como foi trabalhar com apoio financeiro do programa Carteira Indígena (C.I.), vinculada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, e sobre as experiências da associação dos moradores da aldeia Taboquinha e experiência da associação dos moradores da aldeia Cabeceira, por meio do estudo de caso do projeto Manejo Integrado de Micro Bacias e Ações de Desenvolvimento Sustentável na T.I Nioaque, analisando e avaliando em loco a experiência do projeto, por meio das percepções dos técnicos indígenas, percepção das comunidades envolvida no trabalho executado e assim constatar que é possível a ATER – Indígena, porém ainda necessita de apoio para articular, organizar e executar trabalhos práticos que favoreçam esta categoria que ainda não estão acessando e não está sendo envolvida nas políticas públicas no Estado do Mato Grosso do Sul.

## **2. OBJETIVO**

Realizar um estudo de caso em projeto de Desenvolvimento Sustentável junto à comunidade indígena de Nioaque – MS 2009/2010, contribuindo para a avaliação qualitativa da experiência de Ater Indígena com ênfase nos desafios e avanços das políticas pública para o setor.

### 3. REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1. Povo Indígena Projeto e Desenvolvimento

É um termo bastante complexo relacionar a comunidade indígena com projeto e desenvolvimento, pois, para entendermos esta situação, devemos conhecer como as comunidades indígenas estão organizada, ou melhor, ter conhecimento de como ela estabelece suas hierarquias étnicas, pois ao longo da história estas comunidades já constituíram sua forma organizacional. E ainda é desafiador entender no olhar indígena o que é projeto de desenvolvimento, pois, existem dois horizontes distintos.

O primeiro está relacionado ao olhar étnico cultural onde se estabelece o olhar tradicional ao qual existe uma organização interna, onde o cacique tem o papel de ser o interlocutor entre a comunidade e articulações internas e externas. O segundo está relacionado ao olhar da sociedade ao entorno, que cada vez, estabelece um olhar com forme demonstra a mídia, onde o povo indígena acaba sendo um sujeito de revolta, sem território, sem história, sem caráter e sem respeito. Além destes fatores é fundamental perguntar como se encontra atualmente o território indígena, os recursos naturais e suas atividades de segurança alimentar. Assim torna-se visível os conflitos territoriais, onde cada vez mais seus recursos naturais vão se degradando e suas atividades produtivas cada vez em decadência.

Neste sentido, é preciso que os agentes que apóiam a implementação de projetos em áreas indígenas estejam dispostos a estabelecer uma “fusão de horizontes” de significados, na qual suas noções de *comunidade indígena* e *coletividade* sejam repensadas e redimensionadas por meio de diálogo interculturais, do mesmo modo que as comunidades indígenas devem compreender sua inserção intercultural nesses projetos. (MATOS, 2007).

Mesmo estabelecendo a fusão de horizontes, conhecer a comunidade indígena e promover um diálogo intercultural, ainda assim não é o suficiente para a promoção de projetos continuo, as comunidades acabam estabelecendo meios diferentes de olhar para o projeto de desenvolvimento. Talvez pelo seu histórico em que, os indígenas não são vistos como agente de desenvolvimento.



Historicamente, os índios jamais foram considerados agentes políticos plenos pela sociedade brasileira. Sem estar à margem da sociedade, nem exercer cidadania plena, as sociedades indígenas têm dificuldades de serem reconhecidas como participantes ativos da recondução de uma política “brasileira” em moldes democráticos que contemplem a diversidade etnocultural. FIALHO,( 2007).

Pensando neste horizonte de alternativas que promovam um diálogo cabível com a realidade das comunidades indígenas, este trabalho demonstra por meio da sua experiência que é possível sonhar com os projetos e o desenvolvimento local, desde que se priorize a oportunidade de agentes indígenas capacitados para tal função em conjunto com parceiros que conheçam e respeitem as comunidades tradicionais.

### 3.2. Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER

Quando se fala em assistência técnica e extensão rural – ATER, logo vem a mente o contexto histórico de como foi a entrada deste sistema no mundo, ou seja, a necessidade do homem de produzir alimento em grande quantidade e em curto prazo, assim surge a “Revolução Verde” após a segunda guerra mundial, que iniciou na década 1960, motivou e orientou a pesquisa para o desenvolvimento moderno dos sistemas de produção agrícola, assim incorporando também os pacotes tecnológicos, que reinou por muito tempo de forma soberana a maximização dos lucros, deixando um grande risco para a humanidade, pelo seu grande impacto provocado ao meio ambiente e a saúde da população desde a sua existência.

A chamada “Revolução Verde”, iniciada na década de 60, orientou a pesquisa e o desenvolvimento dos modernos sistemas de produção agrícola para a incorporação de pacotes tecnológicos de suposta aplicação universal, que visavam a maximização dos rendimentos dos cultivos em distintas situações ecológicas. Propunha-se a elevar ao máximo a capacidade potencial dos cultivos, a fim de gerar as condições ecológicas ideais afastando predadores naturais via utilização de agrotóxicos, contribuindo, por outro lado, com a nutrição das culturas através da fertilização sintética. A utilização intensiva de agrotóxicos e fertilizantes, aliado ao desenvolvimento genético de sementes, contribuiu para “Revolução Verde”, um amplo programa para elevar a produção agrícola no mundo (BARROS, 2010).

Fica evidente no Brasil os efeitos da Revolução Verde, em olhar para o progresso a qualquer custo sem pensar nos efeitos ao longo de sua trajetória, assim promovendo avanços para o conceito econômico.

*“No espaço rural, a produção industrial surgiu na forma de pacotes tecnológicos na Revolução Verde, assumindo no Brasil, marcadamente nos anos 60 e 70 – a prioridade do subsídio de créditos agrícolas para estimular a grande produção agrícola, agroindústria, as empresas de maquinários de insumos industriais para o uso agrícola – como tratores, herbicidas e fertilizantes químicos -, a*

*agricultura de exportação, a produção de processados para exportação e a diferenciação – como queijos e iogurtes” (MOREIRA, 2000, p.44).*

Logo, com a Revolução Verde também surge a Assistência Técnica Extensão Rural - ATER, para apontar de forma única o caminho que a agricultura deveria tomar.

A Extensão Rural surge no Brasil em 1948, na Universidade Federal de Viçosa, tendo como marco institucional a criação da Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural de Minas Gerais (Acar), em Minas Gerais. A implantação da extensão rural no Brasil foi marcada pela forte influência dos Estados Unidos, apoiando os trabalhos iniciais através de Fundações. Este apoio tinha uma intenção econômica e outra política. Por um lado tinha o objetivo de ampliar os mercados para os produtos industrializados dos Estados Unidos e, por outro lado, o interesse, em plena Guerra Fria, de manter não só o Brasil, como boa parte da América Latina sob o controle político norteamericano.(LIMA, 2009).

O fato histórico também mostra como o Brasil se organizou ao longo do processo, assim foi constituído a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, que logo se extinguiu. Vejamos:

*“Os serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) foram iniciados no Brasil no final da década de quarenta, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra. Uma análise histórica permite identificar diferentes fases pelas quais passou o extensionismo no país. Não obstante, é possível afirmar que o período mais crítico ocorreu após a extinção da Embrater – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, em 1990, durante o Governo Collor, sob a égide do modelo neoliberal de Estado Mínimo” (SILVA, 2006).*

A Embrater foi efetivamente criada pelo Decreto nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975, que regulamentou a Lei nº 6.126/74. Tendo as estruturas das Acar sido ano a ano absorvidas pelos estados e criadas empresas ou outras estruturas governamentais de assistência técnica e extensão rural (EMATER), o Sistema Abcar (ou Siber) transformou-se no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER). O novo nome do Sistema, que incorporou o termo

‘Assistência Técnica’, foi empregado pela primeira vez somente no art. 7º dos Estatutos da Embrater, fixados pelo Decreto no 75.373/75, nele próprio tendo sido usado, no art. 6º, ainda a denominação anterior. O Sibrater passou a agregar também organizações não estatais de Ater. (PEIXOTO, 2008).

Com a extinção da EBRATER no final dos anos 80, as atividades de extensão rural ficam a cargo das EMATER, que pouco a pouco foi se adaptando e se encaixando em outros órgãos governamentais. Vejamos

*“Entretanto, no final dos anos 80, a extensão rural sofre um duro golpe: o governo Sarney, em 1989, extingue o sistema EMBRATER, deixando as atividades de extensão a cargo das EMATER estaduais, que, pouco a pouco, vão desaparecendo ou se fundindo às outras organizações governamentais” (LIMA, 2000).*

A Ater passa por muitas transformações ao longo da história, que acabaram ganhando força por meio dos movimentos sociais, através de quilombolas, indígenas, ribeirinhos e assentados da reforma agrária, que promoveram a luta por uma Ater compatível a agricultura familiar. Isso ficou visível a partir do ano de 2003, onde o governo começa se pensar novamente em políticas públicas voltada para a agricultura familiar.

A nova proposta de Assistência Técnica e Extensão Rural (em várias modalidades voltadas para atender os agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros aliados do processo de desenvolvimento) é resultado das pressões, reivindicações e proposições da sociedade organizada: da igreja, sindicatos e movimentos sociais do campo junto com as instituições governamentais e não governamentais. (LIMA, 2009).

Assim esta política de Ater se vinculou principalmente no Ministério de Desenvolvimento Agrário MDA, cabendo a este ministério criar todo um mecanismo voltado para atender a demanda dos agricultores familiares, para planejar e executar ações de acordo com a realidade destes atores que alavancaram a bandeira de Ater no Brasil.

Um importante marco legal do planejamento da política de Ater pelo Estado foi a emissão pelo CNDRS da Resolução nº 26, de 28 de novembro de 2001, que aprovou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, no âmbito do MDA, dez anos depois do Plano elaborado pela Embrapa. A Política foi elaborada pela Câmara Técnica de Assistência Técnica, Extensão Rural, Pesquisa e Capacitação, do Conselho, e atribuída à Câmara de Fortalecimento da Agricultura Familiar a responsabilidade pela elaboração de uma proposta de implantação da referida Política em curto prazo, em 2002, e em médio prazo, em 2003. Entretanto, tudo indica que a Política não chegou a ter uma proposta de implantação formulada, possivelmente em virtude das conturbações políticas do período do processo eleitoral para a presidência da República, em 2002. O Decreto nº 4.854, de 8 de outubro de 2003, dispôs mais uma vez sobre o Conselho, manteve-lhe o nome, mas alterou a sigla para CONDRAF, em referência à agricultura familiar. (PEIXOTO, 2008).

Com o decreto nº 4.854, de 08 de outubro de 2003, foi possível cinco anos depois constituir a lei de Ater, nº 12.188, de 11 janeiro de 2010, que estabeleceu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária. Esta conquista possibilitou a visibilidade da realidade das comunidades mais isoladas, ao qual não tem chegado a Ater, visto que a prestação de serviço neste sentido sempre coube ao grande produtor, agora a partir da conquista da lei nº 12.188, de 11 de Janeiro de 2010, passa a promover novas ações ao povo da agricultura familiar, proporcionando novas descobertas e experiências, com o intuito de uma Ater diferenciada.

### 3.3. Lei de ATER

A lei de ATER Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Esta Lei é composta por 29 Artigos (BRASIL, Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010), que norteiam os caminhos desta nova política de ater no Brasil, informando de forma concisa as diretrizes do novo trabalho conquistado pelos agricultores familiares.

Como ressalta o Artigo 1º da lei de Ater “Fica instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER, cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.” (BRASIL, Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010).

Ainda atribui a destinação dos recursos financeiros para Pnater, que prioriza instituições oficiais de Ater. Como ressalta o Artigo 1º da lei de Ater, em parágrafo único “Na destinação dos recursos financeiros da Pnater, será priorizado o apoio às entidades e aos órgãos públicos e oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.” (BRASIL, Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010).

Esta lei classifica a Ater, como um serviço de educação não formal e aplica a importância do agricultor familiar adquirir a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, como ressalta o artigo 2º para os fins desta Lei, entende-se por:

I – “Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais;” (BRASIL, Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010).

II – “Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP: documento que identifica os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF;” (BRASIL, Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010).

Segue como princípios da Lei de Ater.

Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente, de forma gratuita e de qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural, adotando de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública, desta forma a adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia e contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional. (BRASIL, Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010).

Os objetivos desta lei alavancam a idéia de um desenvolvimento rural sustentável, respeitando o meio ambiente, contribuindo para o aumento da produção agropecuária e não agropecuárias de qualidade, proporcionando ao agricultor familiar a qualidade de vida e garantir assessoria nas diversas fases das atividades produtivas visando sua organização, inserção no mercado, abastecimento e promover experiências em cadeias produtivas.

Esta lei garante como beneficiário da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o agricultor familiar assim classificado, como ressalta o artigo 5º,

I - os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais; e

II - nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação enquadrados nos limites daquela Lei. (BRASIL, Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010).

Neste sentido, este arcabouço legal existente ressalta a importância de Ater indígena baseado nas experiências dos povos tradicionais e de referência a processos interculturais com resultados positivos.

### 3.4. ATER Indígena

Com a Ater em pauta pela nova gestão política, assumida em 2003 e a Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010, começa um olhar mais atencioso para os povos indígenas, o que possibilitou pensar em uma ater que venha de encontro com a realidade dos povos indígenas, assim estabeleceu as bases de ATER – Indígena.

Dentro deste processo em construção, foi criado pelo MDA, a rede temática de Ater indígena, que por sua vez tem o objetivo de compartilhar metodologias, aprofundar o conhecimento no tema e apoiar as ações das entidades de Ater junto aos diversos povos indígenas do Brasil, com base no PNATER.

Ao longo dos últimos cinco anos o MDA financiou projetos de assistência técnica para povos indígenas. Estes projetos foram propostos e implementados por órgão governamentais e organizações não governamentais: prefeituras, associações indígenas, organizações indigenistas, ambientalistas e por empresas estaduais de Ater. De caráter nacional, o apoio a estes projetos configura-se como um esforço de implementar a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) junto aos povos indígenas do país. (PARECI, 2010).

Outro fator pensado em aprimorar foi em relação as equipes técnicas, para atuação junto a estes povos tradicionais, com o foco nas diferentes realidades destas populações construindo projetos em conjunto com estas comunidades, respeitando suas culturas e organização social, fortalecendo e valorizando os saberes tradicionais.

Nos termos de Araujo (2010, p. 46),

Na prática, entendemos que deverá haver tantas ATER Indigenistas quanto for o numero de povos indígenas no país. Desta forma esclareço que os esforços da Política Nacional de ATER (PNATER) devem dialogar localmente com os povos indígenas, porque para sermos coerentes não deve existir apenas uma única maneira de executar esta política. As instituições que têm responsabilidade legal e aquelas que se propõe a contribuir precisa apreender a lidar com a diversidade.



Estas ações de Ater indígena não podem servir como uma fórmula pronta, e sim promover a troca de experiências entre o conhecimento empírico e científico, pois, de certa forma a assessoria técnica é fundamental para promoção de trabalhos de desenvolvimento local, porém não deve se esquecer da estrutura local onde habitam estas comunidades tradicionais e de suas formas de organização étnicas. Neste contexto fica evidente a construção de uma Ater indígena coletiva que não se submete apenas um ator, mas, sim a um conjunto de parceiros que tenha vínculos e ações com povos indígenas para a promoção do etnodesenvolvimento<sup>1</sup>.

A conquista de lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010, PNATER estabelece a direito das populações indígenas em fazer parte deste programa, porém no Estado do Mato Grosso do Sul, não à indícios deste programa chegar as comunidades indígenas, nem se quer beneficiar ou capacitar técnicos indígenas, porém isso é processo, e cabe as instituições públicas o reconhecimento de técnicos indígenas com instrumentos de ligação com as comunidades e que futuramente possam avançar no propósito de uma efetiva Ater indígena.

---

<sup>1</sup> “Etnodesenvolvimento significa que a etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses” STAVENHAGEN (1985).

#### **4. MATERIAL E MÉTODOS**

A metodologia proposta para desenvolvimento deste estudo abrange o estudo de caso, por meio do histórico das ações do projeto de desenvolvimento sustentável na T. I. de Nioaque, executada pela Associação de Moradores da Aldeia Taboquinha (AMAT) e Associação de Moradores da Aldeia Cabeceira (AMAC), avaliado qualitativamente a experiência de Ater- Indígena prestada durante a vigência do projeto, com ênfase nos desafios e avanços das políticas públicas para Ater indígena.

Assim este trabalho realizou um questionário semi estruturado, com dez perguntas (Apêndice 1) para levantamento das informações em relação a Ater indígena prestado durante a vigência do projeto, lembranças das ações desenvolvida pelas associações e informações pertinentes as políticas de Ater no Brasil.

Para entender a percepção da comunidade e dos técnicos indígenas, foi aplicado o questionário de forma aleatória para quarenta moradores, dez de cada comunidade se elas sabiam o que é uma Ater. Dentro deste questionamento poucos responderam que sabiam e outros disseram que não conhece tal conceito nem para que serve este tipo e trabalho.

Em seguida foi perguntado se as pessoas recebiam assistência técnica de algum órgão em seus territórios, porém a resposta foi unânime que não, não há ninguém acompanhando os trabalhos produtivos nas aldeias, ou qualquer ação neste sentido. A entrevista prosseguiu perguntando para as pessoas se elas conheciam a Lei de Ater. A resposta também foi unânime de não havia conhecimento desta lei, fato natural e esperado, pois as comunidades não possuem qualquer organização que está envolvida à esta discussão.

Quando questionados se conheciam técnicos agrícolas formados em escolas técnicas, a resposta foi única de que conheciam um técnico agrícola formado, e colocaram que a maioria está empregado em fazendas e usinas próximo da reserva indígena. Avaliando a quinta pergunta foi questionada na opinião dos moradores qual a dificuldade de trabalho para os técnicos indígenas nas aldeias, foi respondido a falta de apoio público, de organização e

articulação do técnicos e por não possuírem nenhuma entidade formal que reivindique seus direitos. Perguntado aos entrevistados se cada um lembrava do projeto da C.I. no ano de 2009/2010, a resposta foi sim todos ainda recordavam do projeto executado naqueles anos. Logo após está questão foi colocado aos entrevistados se sabiam que a Ater do projeto foi realizado por técnicos indígenas, a maioria se sentiu surpresa por não saber que o serviço de execução do trabalho havia sido realizado por técnicos indígenas, e ressaltaram que tal feito deveria continuar, mas que entendem a falta de parceria e de apoio. Foi questionado na oitava pergunta qual avaliação eles fariam em relação ao serviço prestado pelos técnicos indígenas, os mesmos tinham três opções (ruim, regular e bom), assim responderam que foi regular. Na nona pergunta feita aos entrevistados foi questionado se os mesmos apoiariam a criação de uma equipe para debater a Ater indígena, na T.I de Nioaque e todos foram muitos convictos que sim, dariam o total apoio para tal finalidade.

E, enfim, a ultima pergunta ressaltava se criar uma equipe de Ater indígena isto ajudaria a melhorar a gestão de projetos e execução de trabalho produtivos na aldeia. Os entrevistados ressaltaram que sim, que sem duvida ajudaria as lideranças e os produtores indígenas a pensar em alternativas para o sistema de produção, algo cada vez mais esquecido.

Além desta atividade desenvolvida outra ferramenta utilizada foi as entrevistas com anciões das comunidades, ao qual possibilitou desenvolver transcrever as falas referente as experiências vivenciadas pelo projeto pesquisado e suas percepções referente a Ater indígena.

Com base nestes diagnósticos e levantamento histórico, por meio de vídeos, fotografias e atas foi possível desenvolver este trabalho que contribuirá para desenvolver ações com ênfase na Ater indígena, de forma a contribuir positivamente para a T.I. aqui estudada.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **5.1 HISTORICO DE EXPERIÊNCIA LOCAL**

#### **5.1.1. A experiência da “Carteira Indígena”**

Como descrito acima um passo importante, para evolução da Ater indígena na T.I Nioaque foi a experiência da Carteira Indígena (C.I.), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas – Carteira Indígena - foi uma ação do governo federal, interministerial com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o objetivo de apoiar e promover a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento sustentável de comunidades indígenas, em todo o Brasil. Esta ação se concretiza através do fomento a projetos, para atividades de produção sustentável (de alimentos, do artesanato, do agroextrativismo), de gestão ambiental e territorial de Terras Indígenas e de realização e difusão de práticas e saberes tradicionais ligados à auto-sustentação econômica desses povos. Os projetos foram definidos pelas comunidades, de acordo com suas demandas.

Segundo os normas da C.I., os repasses de recursos para projetos aprovados pelo Grupo Gestor da Carteira Indígena são realizados mediante assinatura de um contrato entre a instituição proponente (associação indígena ou não indígena responsável pelo projeto), o MMA e o PNUD. Este contrato chama-se “Memorando de Entendimento”<sup>2</sup>. Ele descreve as obrigações legais que deverão ser cumpridas pelas três instituições envolvidas e contém o Plano de Trabalho a ser desenvolvido pelo Projeto, com todas as atividades que deverão ser executadas pela comunidade beneficiária e o orçamento com as despesas que podem ser feitas com os recursos recebidos.

---

<sup>2</sup> Memorando de Entendimento garanti que o projeto aprovado cumpra os seus objetivos, contribuindo para melhorar a qualidade de vida das comunidades indígenas, e que os recursos públicos recebidos sejam bem utilizados, com transparência e acompanhamento da comunidade beneficiária, e de acordo com as leis e as normas do Estado brasileiro sobre a execução financeira de recursos públicos.

Esta ação do governo chegou a T.I Nioaque, no ano de 2005, quando lideranças indígenas da época em parceria com a AGRAER, conheceram as ações por meio da FUNAI, e propuseram um projeto por meio da Associação dos Moradores da Aldeia Cabeceira (AMAC) e Associação dos Moradores da Aldeia Taboquinha (AMAT). Estes projetos tinham como demanda o manejo de micro bacias e estruturação de estradas para o escoamento da produção agrícola das aldeias. Assim o projeto tramitou entre 2005 a 2008, onde o mesmo foi aprovado no valor de R\$ 100.000,00, porém com condicionantes. No ano de 2007 a equipe de assessoria técnica da C.I, esteve na T.I de Sidrolândia –MS/Dois Irmãos do Buriti, realizando um diagnóstico dos projetos já executados e em execução com as comunidades deste território, onde representantes da T.I de Nioaque foram convidados para participar desta reunião, para um maior esclarecimento e troca de experiências com as entidades jurídicas já contempladas com recursos financeiros da época.

Ficou visível que os projetos da T.I de Sidrolândia/Dois Irmão do Buriti tinham uma única atividade, a de criação de gado leiteiro, e estas experiências contribuíram muito para o cuidado com o uso de recursos públicos, pois, o número de inadimplência por parte das organizações indígenas era muito alto, por diversos fatores entre elas a mais debatida a Ater, o que levava a reflexão de que era necessário uma Ater para trabalhar com as associações que representavam as comunidades, visto que o planejamento, avaliação e execução, couberam a estas organizações indígenas. Outro fator foi que a maior parte destas organizações jurídicas estava nas mãos de anciões, que necessitavam de apoio para entendimento das normas e diretrizes da C.I. Assim a maior parte do recurso recebido foram aplicados em atividades não previstas nos projetos proposto, ao qual levou as entidades jurídicas a inadimplências por falta de Ater, onde fragilizou muito as ações da C.I no território em avaliação.

As ações da C.I. continuaram e foram imprescindível para a participação das comunidades indígenas em desenvolver atividades produtivas, extrativistas, capacitações onde o índio assumia o papel de ser agente de desenvolvimento, em pensar ações de acordo com a realidade de cada aldeia.

A terra indígena de Nioaque fez parte deste processo por meio da AMAC e AMAT, onde realizaram atividades com o aproveitamento de espécies

vegetais do Cerrado. Uma experiência que contribuiu para uma educação ambiental, que reflete até os dias atuais.

Tabela 1. Distribuição de projetos na região geográfica da Bacia do Paraguai/MS. (SANTANA, 2008).

<b>T.I. Bacia do Paraguai</b>	<b>Aldeias</b>	<b>Municípios</b>	<b>Principais Atividades dos Projetos</b>
Buriti	07	Sidrolândia/Dois Irmãos do Buriti	Gado leiteiro e piscicultura
Taunay – ipegue	01	Aquidauana	Artesanato (corte costura)
Nioaque	02	Nioaque	Recuperação de área degradada e aproveitamento do Cerrado
Campo Grande	01	Desaldeados	Artesanato e Aproveitamento de Alimentos
Guató	01	Corumbá	Artesanato e práticas de produção agroecológica
Kadlwél	01	Bonito/Bodoquena/Porto Murtinho	Apicultura
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>		

O programa C.I. contemplou povos indígenas de vários territórios, e proporcionou oportunidades a indígenas de realizarem trabalhos voltados para as diferentes realidades das comunidades, contribuindo para novas experiências de entidades jurídicas indígenas e não indígenas, nos diferentes biomas do Brasil.

Entre junho de 2004 e junho de 2009, a Carteira Indígena aprovou o total de 277 projetos, totalizando o montante de R\$ 11.038.234,33, sendo beneficiado um total de 77.218 pessoas distribuídas em 14.493 famílias indígenas. (SANTANA, 2008).

Neste contexto as associações AMAC e AMAT, contribuíram para novas experiências e descoberta para Ater indígena, onde técnicos indígenas em parceria com apoio da assessoria técnica da C.I. organizaram uma nova proposta no ano de 2008, respondendo as condicionantes do antigo projeto e propondo novas ações voltadas para o extrativismo de espécies vegetais do cerrado, aumentando o valor do recurso para R\$ 150.000,00, onde cada

entidade jurídica ficou responsável para executar seu projeto com o valor de R\$ 75.000,00, uma em contrapartida da outra, assim se inicia o diálogo com as comunidades indígenas, com os técnicos indígenas, assessor técnico da C.I. e as duas associações contempladas.

### **5.1.2. Experiências da Associação dos Moradores da Aldeia Taboquinha**

A associação de Moradores da Aldeia Taboquinha fundada em 2001, está localizada no município de Nioaque – MS, zona rural, uma entidade sem fins lucrativos registrado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica. Possui como objetivo representar a comunidade da aldeia Taboquinha nas lutas pela inserção produtiva regional, reivindicação da revisão de limites e luta pela recuperação das terras de uso tradicional Terena, bem como representar a comunidade frente aos órgãos de apoio e captação de recursos financeiros. Na época da fundação as lideranças Terena estavam criando um conselho para organizar a luta pela reivindicação da terra tradicional, com participação das associações, caciques e lideranças indígenas da cada aldeia/comunidade.

O primeiro contato com esta associação foi no dia 13 de outubro de 2008, as 09:00:00 hs da manhã, no salão comunitário da Aldeia, estavam presentes lideranças indígenas, cacique, membros da associação e membros da comunidade. Esta reunião tinha por objetivo saber desta comunidade se ainda estavam de acordo em continuar com o projeto proposto a C.I., para isso era necessário estabelecer esclarecimentos sobre o projeto antigo e a construção de uma nova proposta, assim iniciou o diálogo, o presidente da associação na época era o srº Valdir da Silva, iniciou afirmando estar ciente do projeto enviado no ano de 2005, assim apontou favorável a continuidade do projeto, em seguida o cacique João da Silva argumentou dizendo também que era ciente do projeto enviado a C.I. em 2005, e demonstrou total apoio argumentando a importância de se ter um projeto gerido pelos próprios indígenas e se mostrou favorável a este trabalho. No fim da reunião todos os presentes apresentaram favorável, porém desconfiados de que estas ações não seria conquistada, visto que o responsável pela articulação de todo o processo era um técnico indígena, ao qual coube a responsabilidade de provar que seria possível tal feito.



Figura 1: fotos da primeira reunião 13 de outubro de 2008 (Fonte: do autor).

Ao término desta reunião ficou estabelecido em ata que a assessoria técnica Ater seria indígena, e que caberia o técnico, por ser indígena, respeitar as determinações estabelecidas pela comunidade por meio do cacique e suas lideranças. Esta ata serviu como anuência da comunidade para a total liberdade de continuidade do projeto.

### **5.1.3. Experiências da Associação dos Moradores da Aldeia Cabeceira**

A Associação dos Moradores da Aldeia Cabeceira foi fundada em maio de 2000, está localizada Terra Indígena Nioaque, Zona Rural – Nioaque/MS, uma entidade sem fins lucrativos registrado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica – CNPJ, nº 03.874.386/0001-59, foi instituída para apoiar as atividades comunitárias, bem como atender as demandas de produção e reivindicação de revisão de limites da Terra Indígena, compondo desta forma o corpo de lideranças e de organizações Terena da Terra Indígena Nioaque. Sendo desta forma a organização legítima de representação da Aldeia e do corpo de aldeias da T.I. Indígena.

O primeiro contato foi em 2008 por meio de visitas as casas dos membros desta entidade, onde foi o momento de saber em que situação encontrava-se a diretoria e a documentação da mesma. Assim foi descoberto que a diretoria estava vencida, com isso membros da comunidade se mobilizaram e elegeram uma nova diretoria, cabendo ao Srº Adão Marciano Marques, ser novo presidente.



Em uma reunião no dia 22 de setembro de 2008, as 10:00:00 hs da manhã, no salão comunitário da Aldeia, estavam presentes lideranças indígena, o cacique, membros da associação e moradores, cujo objetivo era de saber da comunidade se concordavam ou não com a continuidade do projeto proposto a C.I. no ano de 2005. Contudo, para isso era necessário estabelecer esclarecimentos sobre o projeto antigo e a construção de uma nova proposta. A comunidade demonstrou-se favorável a proposta e ao termino desta reunião ficou estabelecido em ata a anuência da comunidade, que a ATER seria indígena, que caberia a esta equipe de Ater indígena a construção de uma nova proposta com o aproveitamento de frutos de espécies vegetais do cerrado.



Figura 2: fotos da primeira reunião 12 de setembro de 2008 (Fonte do autor).

## **5.2. Estudo de caso: Projeto Manejo Integrado de Micro Bacias e Ações de Desenvolvimento Sustentável na T.I Nioaque**

### **5.2.1. Ações Aldeia Taboquinha**

O projeto compatibilizou ações de educação ambiental junto a escola da comunidade, utilizando-se de processos participativos em atividades de educação ambiental com foco na recuperação da mata ciliar do córrego Urumbeva, rio que faz limite da reserva. Realizou a capacitação de 40 jovens agentes agroflorestais indígenas, através da capacitação de instalação de um viveiro e a capacitação de produção de mudas, bem como a reativação da atividade apícola nas Aldeias.

As principais atividades estabelecido pelo projeto proposto entre a comunidade e a Ater indígena foi a instalação de um viveiro e produção de mudas de espécies nativas que teve na época como objetivo dez mil mudas, porém não chegou a concluir esta etapa devido à falta de recurso para continuidade do projeto, mas, foi realizado o mapeamento e coleta de sementes na T.I. e entorno. Desta forma possibilitou um olhar para o território da reserva que encontra-se em processo de degradação ambiental; devido as práticas convencionais de produção agrícola e pecuária. Outra ação pensada e conquistada foi a revitalização das práticas de apicultura, tendo em vistas que as aldeias possuem até hoje equipamentos e pessoas capacitadas. Neste sentido, houve a construção de uma casa de beneficiamento e a aquisição de demais materiais e equipamentos. Em todo este processo o projeto contou com a participação dos alunos das escolas indígenas do ensino fundamental, que contribuíram de forma positiva com as novas descobertas por meio de atividades educativas de campo e o acompanhamento das atividades do projeto.

Desta forma a AMAT solicitou junto a C.I. o recursos financeiros no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), com vistas a execução orçamentária deste projeto, no período de 12 meses que contou da liberação dos recursos e garantindo através da organização a continuidade das atividades.

Desses espaços de formação surgiu a idéia de diagnóstico da situação

atual dos recursos florestais, edáficos e sua correlação com a diminuição dos recursos hídricos na área correspondente a microbacia do córrego Urumbeva. De forma particular foram trabalhadas ações de capacitação de recuperação e manejo das terras visto que são utilizadas para agricultura tradicional e pecuária, o projeto propôs a idéia de um extrativismo viável à realidade das comunidades com ênfase na recuperação ambiental em um trabalho continuado junto a comunidade para a promoção de técnicas de manejo e ocupação do solo, de forma a garantir a gestão ambiental e territorial da T.I.

Estas ações foram elaboradas a partir de diversas reuniões entre a comunidade indígena e técnicos agrícolas indígenas, que formam um grupo grande de Técnicos Agropecuários Indígenas, formados em escola Técnica em Agropecuária desde 2001. Este grupo (não formalizado) é composto de técnicos oriundos das quatro aldeias da T. I. Nioaque e que se envolveram diretamente na execução e acompanhamento técnico deste projeto. A idéia do grupo foi da constituição de um coletivo de técnicos indígenas para pensar ações de Ater indígena e também para troca de experiências entre os técnicos, em um processo contínuo de aprendizagem.

### **5.2.2.. Ações Aldeia Cabeceira**

O projeto na aldeia Cabeceira executou ações em contrapartida com o projeto da aldeia Taboquinha, onde foram realizadas ações em educação ambiental junto a escola da comunidade, com a utilização de processos participativos e interativos com os alunos e comunidade, com vistas a promover atividades de recuperação ambiental (mata ciliar) do rio Urumbeva, limite natural da T.I. Nioaque. O trabalho realizou a capacitação de 20 jovens agentes agroflorestais indígenas, através da instalação de um viveiro e produção de mudas, bem como a implantação de uma cozinha para aproveitamento dos frutos do Cerrado e Mata Seca existentes na T.I de uso tradicional.

Estas ações contemplaram atividades de instalação e produção de mudas de espécies nativas, em viveiro instalado na comunidade, mapeamento e coleta de sementes feitos na T. I. e no entorno; além de capacitações com ênfase na recuperação da mata ciliar do córrego Urumbeva, curso d'água que

abastace as quatro aldeias da T.I. Assim a atividade que ganhou atenção maior foi a unidade de beneficiamento, atividade esta que buscou a revitalização das práticas de aproveitamento de frutos do Cerrado e Mata Seca, tendo como meta o fornecimento na merenda escolar com alimentos oriundos da flora nativa, com a construção e montagem de uma cozinha de aproveitamento integral de frutos do Cerrado, além da realização de trabalho de educação ambiental com alunos do ensino fundamental das escolas indígenas, com a realização de atividades educativas de campo e acompanhamento das etapas do projeto.

Assim a AMAC solicitou junto a Carteira Indígena recursos financeiros no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), com vistas a execução orçamentária deste projeto, no período de 12 meses que contou da liberação dos recursos e garantindo através da organização a continuidade das atividades.

Os espaços de formação privilegiaram o diagnóstico da situação atual dos recursos florestais, edáficos e sua correlação com os impactos ambientais visando a recuperação e manejo das terras utilizadas para agricultura tradicional e pecuária, a comunidade assim participou das ações que contribuíram para uma conscientização sobre a importância do bioma cerrado, o que fortaleceu a gestão ambiental e territorial da T.I., contribuiu para o diálogo entre lideranças indígenas e os órgãos competentes.

Este projeto foi desenvolvendo através de diversas reuniões entre a comunidade indígena e a equipe de Ater indígena, estabelecendo troca de informações sobre a importância do aproveitamento sustentável do cerrado e posteriormente a participação das políticas públicas, através da merenda escolar.

### **5.2.3 Percepção dos técnicos Indígenas**

Diante deste trabalho a Ater indígena contou com a participação de três indígenas envolvidos diretamente na execução de todas as propostas previstas no projeto junto a C.I., isto favoreceu pela primeira vez na T.I. de Nioaque, a experiência para estes profissionais que nunca obtiveram a oportunidade de contribuir de forma ativa junto as lideranças indígenas. Talvez isto não representa um grande feito, mas contribui para um questionamento sobre a Ater indígena no estado do Mato Grosso do Sul e no Brasil, que não tem acontecido de forma concreta e necessita de um olhar específico para que de fato possa alavancar o etnodesenvolvimento.

Os técnicos indígenas contribuíram em diferentes aspectos durante vigência do projeto, por meio de encontros, reuniões, conversas com caciques, lideranças e visitas às casas nas comunidades, para uma boa execução das atividades. Outro fator que ressalvo é referente aos técnicos indígenas, pois, dois técnicos indígenas eram formados em escolas Técnica em Agropecuária e um não possuía nenhuma formação neste sentido, porém foi escolhido pela comunidade. Isso demonstra a flexibilidade que foi possível através da C.I., que assegurava em sua diretriz a autonomia da comunidade em seus trabalhos, assim fica evidente que a comunidade não busca uma Ater indígena que fortalece somente um saber, mas propõe a troca de saberes onde haja um equilíbrio entre ambas as partes.

Para os técnicos formados, foi um aprendizado que demonstra o quanto o saber ocidental foge da realidade das comunidades tradicionais, pois o saber em escolas técnica agrícola reforça a idéia dos pacotes tecnológicos oriundo da “Revolução Verde”, em conquistar o poder econômico através do plantio em larga escala, da criação de grandes e pequenos animais de forma intensiva e extensiva, onde se controla tudo de forma sistematizada e informatizada. Esta visão conhecida no sistema produção convencional só nos levou a pensar que devemos ter consciência de que as comunidades tradicionais fazem parte deste processo, porém um processo de começo, mas sem meio e sem fim, onde não tem contribuído para o desenvolvimento das atividades produtivas das reservas. Diante disso, o que se vê é uma problemática muito grande em consequência desta incompatibilidade do

modelo de agricultura da chamada Revolução Verde com a realidade vivida nas aldeias. Isto é algo facilmente constatável ao perceber que o solo cada vez mais vai se degradando pelo uso intensivo de máquinas agrícolas e queimadas, os rios assoreando, a produção agrícola diminuindo, as matas sendo derrubadas, além do desequilíbrio ambiental e contaminação pelo uso do agrotóxico.

Nesta concepção olhamos para as comunidades indígenas aqui estudadas, onde as atividades por ela estabelecidas são ações de manejo e proteção ambiental com aproveitamento de produtos oriundo do extrativismo, demonstra que a preocupação das lideranças está focada com a relação que o indígena adquire com a natureza e não somente no conceito econômico, isso reflete de como as visões são distintas ao qual cabe buscar uma Ater indígena com envolvimento por completo das comunidades indígenas.

Outro fator importante foi a aproximação junto as entidades jurídicas e as comunidades, fato que possibilitou entender qual o papel destas organizações dentro dos territórios indígenas. E o quanto ela contribuiu para o aprendizado dos técnicos indígenas, pois toda etapa prevista no trabalho passa pela diretoria das associações e coube a estas entidades ações de confiança, pois era acompanhada de perto pelos técnicos indígenas toda tramitação de documentos referente a relatórios, compras, pagamentos e prestação de conta.

Todas as ações desenvolvidas durante este trabalho contribuíram para tal experiência, porém necessita de olhar por parte das entidades competentes, isso não pode ficar apenas registrado e não contribuir de forma concreta para um etnodesenvolvimento relacionado a Ater indígena, pois existem nos territórios indígenas profissionais competentes que não possuem estrutura física, financeira e continua para promover de forma efetiva ações que contribuem para o etnodesenvolvimento nos territórios indígenas.

#### 5.2.4 Percepção da Comunidade

A comunidade analisada neste trabalho pode refletir sobre a importância do projeto que veio como instrumento de educação e gestão ambiental, com a missão de executar, avaliar e planejar cada etapa do trabalho.

Em conversa com o presidente da associação AMAC, o senhor Adão Marciano reflete a importância do projeto em entrevista.

“O projeto foi importante para a comunidade na seguinte forma, de trazer uma renda uma melhoria pra subsistência aqui da comunidade indígena da Cabeceira e da T.I Nioaque. O projeto foi importante e nós acreditamos nessa implantação do projeto, que ele vai trazer uma renda uma melhoria na qualidade de vida da nossa população indígena da T.I Nioaque” (Sr. Adão Marciano- comunicação oral 04/09/2014).

Em entrevista com os sr<sup>o</sup> Nelio Marques e Joel Marques, eles destacam a experiências de poder ter autonomia em um recurso publico;

“pra mim foi muito bom por que foi o começo de uma experiência que a gente adquiriu, pra ,aprender a administrar um recurso publico que veio pra cá, pra dentro da comunidade” (Sr. Nelio Marques – comunicação 04/09/2014).

“então em função do investimento desse recurso a gente vê que aumenta mais a responsabilidade do próprio indígena né?. Aumenta bastante a responsabilidade do próprio indígena com a questão assim de administrar coisas publicas né? Valeu muito já começa uma boa experiência e a gente vê que a própria comunidade hoje tem assim o interesse de manter uma associação legal como esta que nós temos, né?” (Joel Marques – comunicação oral 04/09/2014).

Na colocação de Joel Marques e Nélio Marques, anciões da comunidade da Aldeia Cabeceira, apontam que é viável criar a Ater com um corpo formado por indígenas.

“eu acho que não é difícil viu, vai depender muito do interesse de quem é estas pessoas né?” (Joel Marques – comunicação oral 04/09/2014).

“quando chegou na comunidade, não tinha trabalho pra ele exercer aquilo que eles aprenderam, aí eles tiveram que sair fora, foi pra as industrias, as usinas né? Então si conseguir um recurso pra da emprego pra eles aqui na comunidade, eu tenho certeza que nós vamos recebe eles aqui de braços aberto.” (Nélio Marques – comunicação oral 04/09/2014).

Na conversa ainda com os dois anciões, que já exerceram o cargo de cacique da aldeia Cabeceira, Joel Marques ressaltou como entendem uma Ater diferenciada.

“eu acredito o que pode dar uma garantia, vai valer assim é a experiência né? tudo o que os técnicos de fora traz pra nós né? seu Nélio, talvez ele trabalha esse projeto dele em área diferente da nossa né? e a nossa aldeia ela tem um sistema de trabalho que é diferente do trabalho dele de fora, e tem que ter respeito com certeza.” (Joel Marques – comunicação 04/09/2014).

Fica evidente na visão das comunidades que o problema não é a desinformação com relação a importância de uma Ater indígena, pois entendem as vantagens que isso pode proporcionar para os desafios cotidianos do sistema produtivo, ambiental e social das aldeias, porém a um caminho amplo e longo para chegar a Ater diferenciada e efetiva. E que não deve basear-se apenas em projetos esporádicos que estabelece ações limitadas e em curto período(e, portanto, com começo, meio e fim).

Diante disto ressalvo o quanto isso contribui para novas descobertas para alavancar o debate referente a Ater indígena, que está alicerçada no âmbito da Lei 12.188, porém é necessário trocar experiências concretas no estado e no Brasil, para assim promover ações que contribui para o etnodesenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais.



## **6. CONCLUSÕES**

Diante disto temos elementos para avançar no debate referente a Ater indígena, os indígenas ganham ferramentas para propor ações voltadas em benefícios a este setor, para isso é necessário a junção das organizações indígenas e não indígenas governamentais e não governamentais, para que em conjunto possam construir ações de acordo com a realidade das comunidades tradicionais. É louvável a boa vontade da Lei de Ater, pois vem de encontro com a incompatibilidade das políticas públicas de extensão rural, que no Estado de MS cabe a Agência de Desenvolvimento e Extensão Rural (AGRAER), que sendo estadual não tem avançado neste processo junto as comunidades indígenas.

Sabemos das dificuldades, especialmente para os indígenas, de lidar corretamente com essas normas e leis, pois os procedimentos exigidos são, na maioria dos casos, inadequados às suas culturas. Assim é necessária a promoção e capacitação de Ater indígena, onde se cria um arranjo para inserção de técnicos indígenas, fazendo com que estes possam atuar junto com as instituições de Ater, favorecendo mecanismos para trocas de experiências. É importante ressaltar que o envolvimento de todos os atores comunitários faz necessário para o fortalecimento das políticas públicas, a revitalização dos valores culturais e a etnosustentabilidade ambiental de seus territórios em bases coletivas e participativas.

A Ater indígena não pode basear – se apenas em uma única maneira, ou seja, não existe uma fórmula pronta, cada povo indígena possui sua maneira de enxergar a Ater. Deste modo, propõe construir coletivamente um agente de Ater mediador e legítimo aos povos indígenas, pois este envolvimento é complexo e não se baseia em relatórios e consultas. Desta maneira podemos pensar em uma Ater indígena efetiva e real que cheguem a estas comunidades tradicionais.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, A.L.O; VERDUM, R. **Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade**. Secretaria de Agricultura Familiar e Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Brasília – DF, 2010.

AQUINO, A.M; ASSIS, R. L. **AGROECOLOGIA Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Embrapa Informações tecnológicas, Brasília - DF, 2005.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO da Republica Federativa do Brasil**. Senado federal, Brasília – DF, 2010.

BRASIL/MDA.-Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/Dater, 2004.

BRASIL/MDA.-Ministério do Desenvolvimento Agrário. Relatório de resultados da Dater, 2003-2006. Brasília: MDA/SAF/Dater, 2006.

BUTTO, A; SACCHI, A; BANIWA, G. **Assistência Técnica e Financeira para o Desenvolvimento Indígena: possibilidades e desafios para políticas públicas**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Brasília - DF, 2005.

CALLOU, A.B.F. **Extensão Rural: Polissemia e Memória**. In IV CONGRESSO DA SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento” Recife: Bagaço, 2007. Disponível em [www.http://www.sober.org.br/palestra/5/333.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/5/333.pdf). Acesso em 15 de Setembro de 2014.

MATOS, M.H.O. **Povos Indígenas: Projetos de Desenvolvimento**. Editora Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro, 2007.

MOREIRA, R. J.. Críticas ambientalistas à Revolução Verde, **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. p.39-52. 15.out.2000. Disponível em <http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/286.htm>. Acesso em 15 de Setembro de 2014.

PEIXOTO, M. **A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E A POLÍTICA AGRÍCOLA: CRISE E MUDANÇA**. In: *Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural ConbATER*. Londrina: Associação dos Engenheiros Agrônomos de Londrina, 2008. Disponível em <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-iv-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-estado-e-economia-em-vinte-anos>. Acesso em 15 de Setembro de 2014.

PIRES, M.L.L.S. **Extensão rural e Desenvolvimento Sustentável / Jorge Roberto Tavares de Lima (org.)** – Recife: Bagaço, 2005 – 2º edição.

SANTANA, G.L. **“CARTEIRA INDÍGENA: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS NO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E NA PROMOÇÃO DO ETNODESENVOLVIMENTO EM MATO GROSSO DO SUL”**. *Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas - Carteira Indígena/CI*, no Mato Grosso do Sul, Brasília DF, 2008.

SOUZA, C.N.I. **Povos indígenas: projetos de desenvolvimento**. Editora Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL, **LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm). Acesso em 01 de Maio de 2013.

## 8. APÊNDICES

Este questionário foi aplicado para quarenta pessoas da T.I. de Nioaque, onde foram aplicados para dez pessoas de cada Aldeia (Aldeias Brejão, Taboquinha, Água Branca e Cabeceira) .

### QUESTIONÁRIO NORTEADOR PARA AVALIAÇÃO REFERENTE, ATER – INDÍGENA PRESTADO DURANTE A VIGÊNCIA DO PROJETO M.I.A.D .S, TERRA INDÍGENA DE NIOAQUE.

Nome: \_\_\_\_\_

Aldeia: \_\_\_\_\_

- 01) Você sabe o que é assistência técnica e extensão rural?  
Sim ( ) Não (...) Pouco entendimento ( )
- 02) Você recebe assistência técnica na aldeia?  
Sim ( ) Não ( ) Pouco ( )  
Que tipo?  
Sim: \_\_\_\_\_  
Pouco \_\_\_\_\_
- 03) Você conhece ou já ouviu falar da lei de Ater no Brasil?  
Sim ( ) Não ( )
- 04) Você conhece algum técnico formado em escola agrícola aqui na aldeia?  
Sim ( ) Não ( )
- 05) Na sua opinião por que ele não trabalha na Aldeia?  
Falta Apoio publico ( ) Não empresa de Ater( ) falta de organização dos técnicos ( )  
Outros \_\_\_\_\_
- 06) Você lembra do projeto da Carteira indígena executado pela associação AMAT/AMAC?  
Sim ( ) Não ( )
- 07) Você sabia que a execução do projeto foi realizado por técnicos indígena?  
Sim ( ) Não ( )
- 08) Na sua opinião qual a sua avaliação da Ater indígena prestado?  
Ruim ( ) Médio ( ) Regula ( ) Bom ( )  
Outro: \_\_\_\_\_
- 09) Você apoiaria a criação de uma equipe de ater indígena aqui da terra indígena?  
Sim ( ) Não ( )
- 10) Se criar uma equipe de ater indígena você acredita que ajudaria a melhorar a gestão de projetos e execução de trabalho produtivos da Aldeia?  
Sim ( ) Não ( )